

Redacção, Administração e Tipografia
CALÇADA DO COMBRO, 38-A, 2.º andar
LISBOA—PORTUGAL
TELEFONE 539 TRINDADE
Officinas de Impressão e Estereotipia
RUA DA ATALAIA, 114 e 116
Este jornal não se publica às segundas-feiras—Não se devolvem os originais—Dos artigos publicados são responsáveis os seus autores.

A BATALHA

Director: JOSÉ S. SANTOS ARRANHA
Editor: CARLOS MARIA COELHO
Propriedade da CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO
Aderente à Associação Internacional dos Trabalhadores
Assinatura: Incluindo o suplemento semanal, Lisboa, mês 9550; Província, 3 meses 28550; África Portuguesa, 6 meses 66500; Estrangeiro, 6 meses 102500
PAGAMENTO ADIANTADO

PREÇO 30 CENTAVOS—ANO VIII—N.º 2329

DIÁRIO DA MANHÃ

PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

TERÇA FEIRA, 6 DE JULHO DE 1923

A HORA QUE PASSA

A "Lei de Imprensa" é a negação do princípio de Liberdade e a nota oficiosa um perfeito achincalhamento

Publicamos, noutro lugar, as principais prescrições da famosa lei da imprensa com que o sr. Manuel Rodrigues Júnior, numa hora tórva, ministro da justiça, apresentou a sua candidatura à imortalidade—à imortalidade da repulsa.

Neste, nos prestamos a publicar na íntegra uma nota oficiosa que é modelar como hipocrisia e zombaria que um perseguidor usou para se divertir à custa das suas vítimas:

Não é verdade que o diploma aprovado em Conselho de Ministros seja atentatório da liberdade de imprensa, pois se inspirou no direito dos países cultos e livres e nas tradições do nosso próprio direito.

Assim:

1.º A Lei mantém o sistema repressivo e não o preventivo;

2.º Quanto aos crimes de liberdade de imprensa a Lei mantém a enumeração e qualificação anterior;

3.º Quanto aos responsáveis manteve-se o estabelecido na legislação anterior e considerou-se o director como cúmplice, mas estabeleceu-se a forma de ele se exonerar desta responsabilidade. A culpabilidade do director é uma consequência lógica dos princípios estabelecidos no Código Penal, devendo notar-se que em algumas legislações de povos cultos e livres o director é considerado sempre como principal responsável e o autor do artigo como cúmplice, isto é, precisamente o inverso do que se consignou na nova Lei numa orientação mais benévola.

4.º Quanto ao julgamento, manteve-se o júri para os delitos propriamente de opinião, mas excluiu-se a sua intervenção nos crimes que atacam as bases fundamentais do Estado, e nos delitos comuns e em harmonia com a generalidade das legislações europeias e americanas. E, em relação a estes últimos o seu julgamento foi confiado a um tribunal colectivo, devendo notar-se que em países de tradições acentuadamente liberais o mesmo critério se adopta em termos mais restritivos ainda do que os consignados na nova Lei de Imprensa.

5.º Pretendeu-se organizar um júri, que estivesse à altura da função social, que lhe é confiada e que manifestamente não podia ser desempenhada pelo júri comum.

6.º O direito de resposta é um princípio consignado em todas as legislações liberais e em algumas delas é garantido com maior amplitude do que a estabelecida na nova Lei de Imprensa. De resto, este direito existia, em princípio, nas leis anteriores: simplesmente os processos nelas estabelecidos eram ineficazes para o garantir o que não sucede na nova Lei.

7.º A imprensa desempenha uma alta função social de orientadora da opinião pública e de inspiradora das reformas a efectuar. A nova Lei coloca a imprensa em condições de desempenhar com eficiência esta dupla função e as restrições que estabelece destinam-se a evitar que ela se desvie do seu fim.

8.º Em certos casos permite-se a apreensão das publicações; mas todos esses casos já estavam estabelecidos na legislação em vigor que era dispersa e se reuniu toda num artigo da nova Lei.

* * *

Diremos, à guisa de prefácio, que a lei de imprensa representa, claramente, um incitamento perigoso e atentatório da segurança do Estado. Um jornalista tem o dever, que é reconhecido pela Constituição deste regime a todas as pessoas sem distinção de ideias ou de categorias sociais, de resistir às medidas governamentais que sejam atentatórias dos princípios nela consignados.

Além disso, a imprensa é o maior reduto da liberdade. O abandono desse reduto implicaria a vitória completa dos nossos mais tradicionais e feroces inimigos. Ora a liberdade é eterna, e a tirania, transitória—e o que é transitória não pode esmagar o que é eterno.

A lei da imprensa é, acentuadamente, uma provocação do poder constituído destinada a fazer sobre os jornalistas o mesmo efeito do que o trapo encarnado sobre os toiros que se correm nos bárbaros espectáculos do Campo Pequeno.

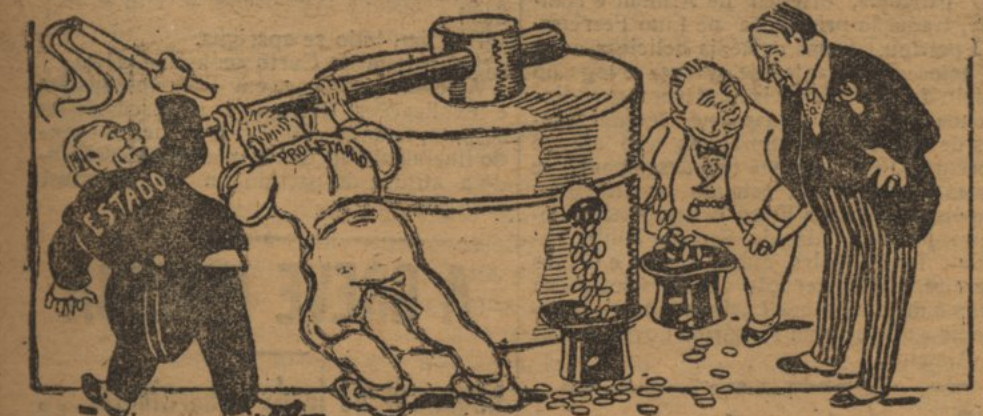
* * *

Dissemos que estas nossas considerações iam à guisa de prefácio. De facto ainda não estamos hoje refeitos do sentimento de repulsa que nos provocou esta lei tão essencialmente um mostro que nem sequer conseguiu obter a aprovação doutro mostro—o jornal A Época. Ficamos hoje nas nossas apreciações por alguns ligeiros comentários à nota oficiosa com que o ministro da justiça entendeu dever insultar-nos, simulando acreditar que os jornais são escritos por jumentos duma ignorância tão espessa como a dos selvagens das ilhas do Honolú.

A lei de imprensa e a nota oficiosa além de serem dois documentos essencialmente odiosos, são dois documentos fundamentalmente covardes, pelo excepcionalíssimo momento em que foram publicados. A censura manietta-nos—e é nesse momento que a lei surge a afrontar-nos e a nota oficiosa aparece a insultar-nos.

Tudo o acusado tem, antes da sentença, o direito de defesa, relativamente amplo. A lei, que é uma sentença que incide sobre nós a prazo curto para o seu cumprimento, não nos permite a defesa, porque a censura, militar, impiedosamente militar, impede-nos a defesa—in extremis.

Recorda-nos aquele anedótico e grotesco caçador de feras que só as abatia a tiro quando as surpreendia em pleno sono. O sr. ministro da justiça tem a invulgar coragem desse caçador com a cruel diferença de brincar com as suas vítimas dizendo-lhes que a sua lei não é atentória da liberdade de imprensa—no momento em que a censura nos suprime, cotidianamente, essa mesma liberdade.



NOTAS & COMENTÁRIOS

Um pântano

Lisboa, de noite, oferece um motivado todas as suas baixas morais. Dos clubs chics aos bas-fonds cidadãos esparrinhados que não conspiram a alma. Não vemos referências a todos esses pântanos porque não desejamos que o leitor seja atingido pelas suas fezes. Falamos hoje apenas de um, por viver no centro da cidade e de irradiar emanções que nos escaldam a sensibilidade. Esse pântano é conhecido pelo "Solar de São Domingos". É uma fossa onde chafurdam todas as ma-drugadas, meretrizes cósidas pela sífilis e "souteiros" de trágicas expressões. Rara é a noite em que as desordens, as cenas de fúria não provocam a intervenção da polícia. As orgias pagãs são tão frequentes como na velha Roma e por vezes vêm exteriorizar-se na rua, atingindo o transeunte que pacatamente recolhe a casa. A extinção daquele pântano seria uma medida de pro-

filaxia social com que não deixariam de concordar todos que pela higiene social têm um alto culto.

O espírito do sacrifício

Realizou-se na cidade norte-americana de Iowa, num lazareto de pestíferos, um casamento de amor. Os doentes eram católicos e a cerimónia do casamento foi efectuada por um padre, por um padre que a officiou postado a cinquenta metros de distância, a fim de evitar o perigo de ser contagiado.

Ocorre-nos agora perguntar onde está a caridade e o espírito de sacrifício que, segundo os Noviciados, são o apêndice dos ministros de Deus. Temos aqui uma vez tratado com pessoas atacadas de doenças incuráveis e altamente contagiosas como a da lepra, por exemplo, e no cumprimento do nosso dever nunca tivemos um recuo tão grande nem um cuidado tão excessivo com

A GUERRA SOCIAL DE HOJE

Os exemplos e as consequências da greve geral inglesa

Lançando um rápido olhar sobre o balanço da greve geral inglesa, logo verificamos das lições políticas e sociais que se desprendem de tão extraordinário fenómeno social.

Todavia, uma primeira constatação se impõe: uma larga e íntima solidariedade de classe. A massa operária respondeu sem hesitar ao chamamento de greve geral. A burguesia média e a burguesia rica responderam em massa ao chamamento do governo.

Uma outra constatação é a divisão do povo britânico em três fracções. A fracção operária, ou proletária, está em face da fracção mais ou menos capitalista. Uma outra fracção, a mais numerosa, mostra-se em atitude neutral, mas simpatizando com os operários, aos quais considera, não como grevistas, mas como cidadãos que reclamam um salário que lhes permita viver tranquilamente.

A fracção neutral surge principalmente da burguesia mais ou menos religiosa, consoante as directrices que lhe deem os clérigos anglicanos e metodistas.

O clérigo católico toma, por si, partido a favor do governo, porque o considera representante da autoridade, cujo respeito, por fã e por nefas, é a principal característica da igreja católica romana.

A divisão do povo britânico tem-se feito segundo as classes e os interesses de classe, sem outra preocupação que a dos interesses da nação e de cada indivíduo. Deu-se uma luta de classes inconfundível, fenómeno que se operou instintivamente, porisso que a luta de classes se desencadeou, ao mesmo tempo, de ambos os lados.

Constate-se ainda que o governo se lança no conflito, indo até precipitá-lo, colocando-se ao lado dos capitalistas. Fornecendo-lhes as armas, que eles procuraram usar, em seu proveito e segundo as suas noções. Esta constatação corrobora todo o ensino da história universal, a saber: que o poder político é exercido sempre pela força económica-financeira, que o mesmo é a força dos ricos.

Deduz-se geralmente que a derrota desta greve geral foi indecisa, sem valor, porque jamais uma greve com tal amplitude pode lograr êxito. Julgo que nessa dedução não se deve ter em conta todos os elementos da greve. Ao contrário, em minha opinião, esta greve tem de se considerar como a demonstração prática de que a greve geral é uma arma invencível.

As massas mostraram uma admirável solidariedade, mas os chefes foram de uma grande cobardia e de uma estupidez condenável. Os assnos puderam guiar um exército de leões. Os chefes levaram o exército operário à rendição, sem que tivessem posto em linha todas as forças de que dispunham, por não quererem lutar até ao fim. Deve notar-se ainda que o exército dos capitalistas estava mobilizado na sua máxima força. A força governamental não podia dar mais do que deu.

Da derrota da greve geral, tem de se concluir que o assalto ao poder político é a condição sine qua non da emancipação do proletariado. Se quisier libertar-se do dízimo que paga ao capitalismo, deve assaltar o poder político, quer pela via legal, quer pela via revolucionária. O terceiro Estado libertou-se, quando quis, do poder real e feudal; tem de ser seguido este exemplo.

Porém, qualquer que seja a forma praticada, ela não terá êxito se não for bastante forte. Com efeito a greve mostrou uma vez mais que todos os fenómenos sociais mais não são que grandes conflitos de forças. A maior força triunfa sempre. E, no

(*) O facto de publicarmos, respeitando o original, esta opinião de Augustin Hamon, nem um ápice diminuiu a nossa total discordância. Visamos à destruição de todo o poder político, quer se designe como operário ou burguês, e à destruição de todo o sistema económico capitalista. Como destruir, somente, não aproveita aos humanos, pugnamos por uma sociedade equitativa e fraternalmente constituída, na qual os interesses de classe ou de hierarquia não se sobreponham aos incontestáveis interesses e direitos dos indivíduos.—N. do T.

a nossa integridade física. O que é para causar espanto, visto não termos sido educados nas tais escolas sem Deus nem religião que são segundo os ultramontanos a origem de todas as virtudes e dedicações...

No hospital de Santa Marta

Inúmeras são as queixas recebidas neste jornal sobre a forma como são tratados, na consulta externa de medicina geral do hospital de Santa Marta, os pobres doentes que ali se dirigem. Segundo os autores dessas queixas, os srs. médicos que ali fazem serviço não atendem com o devido carinho os enfermos que os procuram, demorando-se duas e três horas sem necessidade de maior e apenas porque na hora da consulta os clínicos fazem "fúria", e discretizam sobre coisas fúteis, enquanto os doentes esperam. Bom seria, para evitar a repetição dos casos que acabamos de referir, que nada lustram os serviços do simpático hospital de Santa Marta, que os corpos directivos da Faculdade de Medicina tomassem na devida conta o que acabamos de narrar.

Um padre bebedor

Dum jornal em língua portuguesa que se publica na América do Norte, passamos a reproduzir a seguinte e edificante notícia:

"O rev. Inghram, da igreja de Calipatria, na Califórnia foi preso, enquanto transportava um jarro de 2 galões de aguardente, líquido que ele declarou ser 'vinho' necessário para a celebração das cerimónias sacramentais.

O juiz sentenciou-o a quatro meses de cadeia, por ter sido 'verdadeiro e pouco a favor de Volstead'.

As cerimónias da igreja fazem-se com vinho e não com aguardente. Trata-se, portanto, dum padre que usava e abusava das

Augustin Hamon

bebidas alcoólicas; trata-se, falando sem subtilidade, dum bebedor incorrigível.

Desafiamos as Novidades a que nos digam que este padre bebedor é um fruto da educação ministrada nas escolas sem Deus, nem religião. E ficamos aguardando a resposta do jornal que ousa afirmar que sem educação religiosa não há virtude que floresça e perdure.

Silvério dos Santos

Silvério dos Santos, o activo militante da organização sindical dos corteiros, encontra-se na enfermaria de São Sebastião, cama 29, do hospital de São José. Uma perigosa enfermidade, que obriga a uma rápida intervenção cirúrgica, conduziu aquele nosso camarada a um catre do hospital. Por esse motivo a classe corteira, durante algum tempo, ficou privada do concurso deste valioso elemento, concurso que tem prodigalizado a numerosa corporação as mais caras regalias que hoje goza.

Oxalá que Silvério dos Santos, na plenitude do seu vigor, possa em breve regressar às lides sindicais, onde todos anseiam por vê-lo a seu lado.

Para que "A Batalha" viva e progrida

O apelo há tempos lançado pela Batalha em prol da debelação do precário estado financeiro que ela atravessa encontrou eco em alguns camaradas e organismos cuja dedicação tantas vezes se tem afirmado.

Assim, registamos hoje o gesto simpático da Associação dos Trabalhadores Rurais de Sêda, que nos enviou a quantia de 9550

ÓDIO QUE NÃO CANSA

A "Legião de Portugal" ou uma instituição destinada a assassinar aqueles que tenham a ombridade de pensar

Portugal é um país onde as "Legiões" brotam como os cogumelos. Se nos detivéssemos alguns minutos compulsando a história do país que nos foi berço encontraríamos traçado, com rigorosa eutímia, o quadro das "Legiões" que têm vivido na pátria de Camões.

Porém se um exame se fizesse ao valor intrínseco dessas "Legiões" concluir-se-ia por acreditar que a constituição dessas "Legiões" não obedeceu a um princípio humano, mas sim foram geradas nos ódios e nas malquerenças de muitos aspirantes a D. Sebastião...

Há dias apareceu, sobre a nossa mesa de trabalho, um impresso, com caracteres muito negros, dizendo o seguinte: Legião de Portugal — Guia do legionário.

Consultámos o papelucho, lemos as suas entrelinhas e um calafrio percorreu nosso ser, como que a proclamar-nos:

—E' uma nova organização fascista!

E para provarmos que não nos desviávamos da verdade transcreveremos algumas das disposições dessa Guia. A primeira resa assim:

"Repelimos indignadamente ideias de represália, bem como a luta entre irmãos. Só queremos a moralização dos costumes e da administração pública."

Não compreendemos como a "Legião de Portugal" possa repelir ideias de represália. Então para que se funda essa instituição? Não é para impor as crenças políticas do seu chefe? A própria "Guia do Legionário" assim o proclama quando estabelece:

"Queremos um Portugal respeitado e digno. E para conseguirmos que num Estado bem organizado, sob a protecção de uma autoridade incontestada e rodeada de prestígio, se possam livremente desenvolver todas as fecundas iniciativas, que, desenvolvendo a riqueza e o bem-estar geral, levante ao mesmo tempo o moral, a dignidade e o carácter humano, estamos dispostos a todos os sacrifícios."

Mas há mais. A "Legião de Portugal" vai mais longe. Pretende destruir um facto de natureza sociológica—a luta de classes. E por assim pensar consigna no seu "Guia" o seguinte mot-d'ordre:

"Queremos uma inteligente colaboração de classes. Não queremos luta de classes. Todo o homem que trabalha e é honesto tem direito a viver, a ser respeitado e a usufruir todas as liberdades e garantias modernas."

Querem mais, para concluir que estamos em presença de uma instituição somaténica e fascista que, para conseguir os seus desígnios, se lança num movimento de profunda convulsão social? Pois se querem mais vejamos a última cláusula do referido "Guia":

"E para isso—para conseguirmos que o seu odioso programa seja respeitado—apoiemos e ajudemos com o nosso esforço, sincero, leal e enérgico, todos aqueles que corajosamente a tão patriótica obra se abalançarem."

No capítulo deveres do legionário encontram-se também significativas disposições que comprovam as nossas suspeitas de que estamos em face dum grupo de bandidos que não tardará em nos atacar, só porque não comungamos nos seus abomináveis credos. Eis as suas duas primeiras disposições:

1.º Acudir a todos os chamamentos e executar com coragem e decisão o que lhe for ordenado pelos respectivos chefes.

2.º Informar os chefes de tudo quanto julgue útil aos fins da Legião e, sobretudo, o que disser respeito aos maneios dos seus inimigos."

Leitor: não carecemos de maiores elementos de prova para depreendermos os fins da "Legião de Portugal". É uma instituição que se propõe lançar o país numa grande luta intestina. É um agrupamento que nos bas-fond nos dita a morte, que será executada pelos sicários a seu soldo. É uma organização que se propõe assassinar aqueles que têm alvêz necessária para não concordar com a lama com que pretendem salpicar e conspurcar a nossa existência!

A "Legião de Portugal" nasceu imediatamente ao triunfo de um movimento militar é uma grave sintoma. Por isso devemos todos estar preservados contra os covardes assaltos desses miseráveis "legionários", nem que para isso tenhamos que correr todos os perigos.

As penúltimas sessões do Congresso Socialista decorrem com grande agitação

A segunda sessão do Congresso do Partido Socialista abriu às 12,30 horas de Domingo. Assistência a mesma da sessão anterior e o cenário igual ao da véspera.

Presidiu o sr. Sousa Neves, secretário dos srs. Angelino da Silva e dr. Silva Tavares.

Ao abrir a sessão o presidente disse, como é da praxe, que o P. S. P. é um partido disciplinado, cheio de prestígio, que é lido — e incapaz de se bipartir... Depois, e sempre com igual fluência, propôs uma saludação ao velho socialista Vítor de Sousa, que se encontrava presente. Houve aclamações, mas a voz do irreverente sempre se fez ouvir na assistência:

—Folhinhas velhas já não rezam... Seguiu-se depois o período "antes da ordem". O congressista Conceição e Silva propôs e o congresso aprovou uma saludação a "Voz do Operário".

O camarada Augusto — perdão! — o congressista Dias da Silva discreta sobre a acção que o P. S. P. tem a desenvolver, em proveito das indústrias e dos seguros sociais na velhice, etc., etc., quando for governo. Depois defende os Seguros Sociais Obrigatórios. E propunha-se prosseguir nas suas divagações quando se ouviu uma voz:

—Ideias... ideias. O orador, à guisa de réplica, proferiu as seguintes palavras:

—O que eu desejava era que se discutissem as ideias que eu apresento.

E depois muito conternado:

—O nosso partido está morto, sem esperança de renascimento.

Na sala fez-se um profundo silêncio. Tivemos a impressão de que a sede do Centro Socialista estava armada em câmara ardente.

Quem rompeu com aquela silêncio foi o sr. Fernandes Alves que num quilométrico discurso falou de tabacos e do novo regime a adoptar, entendendo que os interesses do pessoal têm merecido pouca atenção aos poderes constituídos. Uma voz:

A discussão correu agitada, não ofere-

endo interesse para a nossa reportagem. A's 22,30 horas abriu a 3.ª sessão do Congresso Socialista.

Na presidência o sr. José de Oliveira Pinto, secretariado os srs. Xamiro da Silva Massano e José Augusto de Almeida.

Depois da monótona leitura da acta, foi descerrado o retrato de Pablo Iglesias, cujo elogio foi feito pelo sr. Fernandes Alves.

O dr. Amâncio de Alpoim falou também sobre o valor intelectual do homenageado a quem considerou um Santo da Causa.

Entrou-se depois na ordem de trabalhos: discussão e votação do regulamento parlamentar e eleição da Confederação Nacional.

A discussão foi longa e a eleição terminou a hora muito adiantada.

O professor Ladislau Batalha abandonou o Partido

O professor Ladislau Batalha, velho elemento do Partido Socialista, enviou-nos, com o pedido de publicação, cópia de uma carta que enviou à mesa da assembleia do Congresso do P. S. P., cuja redacção é a seguinte:

Presados companheiros:—As últimas deliberações do Congresso do P. S. P. vieram revelar-me, embora indirectamente, a existência de cargos perpétuos e honorários dentro do Partido Socialista Português e confirmar a continuação em vigor de um regulamento de carácter e fórmulas despoticas, que constituem a negação mais perentória dos princípios fundamentais de todo o socialismo.

Nestas circunstâncias, sentindo-me incompatível com as normas adoptadas, às quais não posso nem devo submeter-me, venho muito respeitosamente depor na mesa da assembleia do P. S. P., a minha filiação partidária, desligando-me assim de todos os Centros e respectivos encargos, a fim de poder coherente e honestamente continuar a manter os princípios socialistas cujos ideais tenho sempre vindo a apoiar e a defender. Saúde e emancipação.—Vosso e da Causa Social.—Ladislau Batalha.

Em face da afrontosa lei de imprensa

Reunião dos representantes de jornais

Ontem, às 13 horas, reuniram-se na sede do *Jornal do Comércio e das Colónias*, os directores dos jornais de Lisboa para apreciar a nova lei de imprensa, integralmente publicada em algumas gazetas. A reunião presidiu o sr. Alberto Bessa que se referiu desoladamente às disposições do diploma do ministério da Justiça, sendo todos os assistentes unânimes em reconhecerem que a acção da nova lei implica um regime asfixiante das mais comestíveis liberdades de expressão de pensamento e uma disparatada distribuição de responsabilidades atentatória do equilíbrio moral interno da vida da imprensa.

Foi resolvido por unanimidade nomear uma comissão para se avistar com o ministro da Justiça a fim de procurar conseguir daquele titular a suspensão da publicação da lei até que a imprensa pudesse fazer-lhe o exame minucioso e apresentar os seus pontos de vista em opposição ao draconianismo de algumas disposições.

A's 18 horas voltaram a reunir-se os representantes da imprensa, expondo a comissão antes nomeada que o ministro da Justiça lhe responderia que a nova lei de imprensa seria publicada ontem mesmo, prometendo no entanto que a execução da lei seria suspensa por oito dias, tempo suficiente para que as empresas jornalísticas fizessem o seu exame e apresentem as alterações que julguem convenientes, comprometendo-se a apresentá-las em reunião do conselho de ministros, não tendo, por sua parte, relutância em as aceitar se forem razoáveis.

A comissão nomeada vai imediatamente iniciar o seu estudo ao diploma do sr. dr. Manuel Rodrigues Júnior, devendo muito brevemente voltar a reunir para se apreciar o resultado.

A atitude dos profissionais da imprensa

A direcção do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, ontem reunida extraordinariamente para apreciar o diploma que estabelece o novo regime legal da imprensa, deliberou:

1.ª, Protestar com veemência contra as disposições desse diploma, que coartam o exercício da actividade profissional, e que vêm agravar a situação que à imprensa tinha sido criada pelo decreto de 28 de Outubro de 1910;

2.ª, Repelir o princípio que comina a pena de suspensão aos jornais, que representa uma ameaça constante às condições económicas, não só dos profissionais da imprensa, como de todos os trabalhadores das artes gráficas, que dão o seu concurso à imprensa periódica;

3.ª, Reservar-se o direito de promover uma reunião magna da classe, no caso do referido diploma entrar em vigor tal como é do conhecimento público, e

4.ª, Congratular-se pelo facto do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, bem como a Casa dos Jornalistas, únicas associações de classe de trabalhadores da imprensa que existem em Portugal, não serem chamadas a fazer parte do jurí encarregado de julgar pretensões delictos por abuso de liberdade de imprensa.

Vendedores de jornais

A direcção da Liga dos Vendedores de Jornais de Lisboa, justamente alarmada com a nova lei de imprensa que, especialmente, nos seus artigos 10.º e 20.º atribui responsabilidades ao vendedor de jornais pela matéria nos mesmos contida, impondo-lhe penalidades que se não coadunam com a irresponsabilidade inerente à função do vendedor de jornais, protesta indignadamente contra tão tirânicas disposições legais.

Assinar

"Os Mistérios do Povo"

TEATRO AVENIDA
Telef. 11.4355
A SENSACIONAL PEÇA
O Dr. da Mula Ruça
Hoje, às 21,30
12 números de música 12
Orquestra Jazz-Band

EM DEFESA PRÓPRIA

Como se fabrica um "legionário vermelho"

Recebemos a seguinte carta que, mau grado a sua extensão, reproduzimos integralmente, sem lhe adicionar o menor comentário:

Os indivíduos de quem me vou ocupar, primordiais factores da minha prisão e envolvimento na tão decantada "legião vermelha", são tufanos do pior jaez, como os leitores passarão a ver pelo que segue.

Como porém os leitores podem ficar com algumas dúvidas do que afirmo, desde já vos garanto sob minha sincera palavra de honra que o que segue é rigorosamente verdadeiro.

São eles: Joaquim Ribeiro de Carvalho, poeta, jornalista e deputado por Leiria, de onde é natural meu illustre padrinho de casamento, e Otelo Ferreira Bizarro da Silva Pereira, agente da policia de investigação criminal de Lisboa, conhecido do primeiro. Ribeiro de Carvalho mora na Avenida Almirante Reis, 25, 4.º D. e Otelo Ferreira Bizarro da Silva Pereira, na rua do Cardal, (à Graça), 7, 2.º.

Conheço pessoalmente Ribeiro de Carvalho, desde fins de 1919 e por motivos que não vêm agora para o caso, acompanhei-o, dia a dia, até pouco antes da minha prisão, que se deu a 8 de Julho de 1925. Este indivíduo, que outrora, quando parecia um foragido do hospital do Rêgo, se dizia anarquista, foi-se tornando, à medida que ia engordando e enegrecendo de corpo e alma, republicano e cada vez mais conservador.

Ele é, segundo uma campanha, que lhe moveu em 1921 o dr. Manuel Alegre, reforçada depois pelo conhecido republicano Americo de Oliveira e outros, o matador de dois padres, em Arroios, por ocasião do 5 de Outubro de 1910, morte, esta que não se teriam dado em lula legal, mas sim traiçoeiramente, devido aos seus instintos perversos, campanha essa, para a qual, a pesar de ter mendigado entrevistas e defesas nos jornais a *Epoca* e a *Imprensa da Manhã*, a última das quais se deu a convite dele, numa casa sua do Cacém, não encontrou outro argumento que não fosse vir a público—vêde bem a indole dele—declarar que já uma vez, para acudir às necessidades de Americo de Oliveira, havia empunhado uns objectos seus. Esta só a sua defesa, ao mesmo tempo que tratou de se rodear de inúmeros guarda-costas, não fosse o diabo tornar-se teneiro.

Lembro-me até muito bem que só sossegado quando, dias depois, o dr. Manuel Alegre tomava o comboio, na "grate" do Rossio, e algueim, que para tal fim ali tinha ido propositadamente de seu mando, lho comunicava horas depois.

Ribeiro de Carvalho, é dos que escaparam no 19 de Outubro, para o que teve de se refugiar, primeiro numa casa próxima do Matadouro, depois em casa dum titular monárquico, ali na Avenida da Liberdade.

Acompanhei-o como sempre, nesta sua fuga e vi bem pela sua afilipalagica, que algo lhe pesava na consciência. Foi até, no primeiro dia do movimento, perseguido o que se passava no quartel da G. N. R., ao lado da Penitenciária, por ser ali a concentração das forças revolucionárias, para o informar depois, e ouvi-o muita vez dizer, se bem que o não acreditasse, confesso, rindo-me até desse seu dito, o seguinte: "já não sou republicano... Numa mais."

Isto passava-se num segundo andar dum prédio na Avenida, e por cima duma Legação de cuja nacionalidade me não recordo, para no caso de perigo ser só descer a escada.

Enfim. Não só neste movimento, como em todos os demais, ou sempre que deles se suspeitava, eu lá estava pronto para o que desse e viesse, deixando minha esposa em casa, para o acompanhar noites e dias seguidos que mais tarde me havia de arranjar esta prisão como "legionário vermelho."

Analisemos porém agora a sua moral: Possuia Ribeiro de Carvalho, como director que era do jornal "República", um gabinete, ao lado do qual montara um "coté" o que de resto fazia em todos os escritórios que possuía.

Devido à posição que tem na sociedade, tinha sempre muita gente que o procurava, pedindo-lhe a sua interferência para diversas cousas, e sobre tudo para empregos e entrada de menores em asilos. Pois o biltre em se tratando de mulheres nunca dizia que não.

Convidava-as para voltar outro dia, a determinada hora, e então depois de se despedir dos amigos, que nessa altura o rodeassem, dirigia-se ao escritório combinado e uma vez ali, a bem ou à força, abusava das infelizes a quem prometia sempre continuar a proteger.

Uma vez porém aborrecido, ele próprio encarregava um da sua grei, para que, como ele dizia, aproveitasse.

Quereis exemplos? Pois lêde: Ribeiro de Carvalho tinha e tem um engraxadorzinho, simulacro de homem, que dá pelo nome de Jaime Graça.

Um dia, este fantecho começou de conquistar uma menina de 18 anos, irmã de um dos agentes da P. I. C. e como a mesma tivesse telefone em casa, falavam-se por intermédio desse aparelho; ela de casa e ele da redacção da "República".

Graça prometia casar com a pequena e esta julgava o seu noivo alguém, só porque ele se intitulava secretário de Ribeiro de Carvalho.

Sabedor disto, Ribeiro de Carvalho, sempre canalha, tocou um belo dia ao telefone para a pequena no nome do Graça e pediu-lhe para que lhe viesse falar à redacção.

Ingénua, a criatura foi a ocultas da família e então, quando o enorme casarão do "República" se encontrava no meio do mais profundo silêncio, entrava no gabinete do director, onde era, quando supunha encontrar o seu "lulu", violentada, recebendo como prêmio uma nota de cem escudos, para que... comprasse uma lembrança.

O biltre contou com o silêncio da pequena, por vergonha própria e com o assentimento do "fantecho", porque este só se preocupa com o estômago, e então com um cinismo inacreditável chamou-o e disse-lhe: "Graça! v. sirva-se da... porque eu já me servi dela". Textual.

E tudo ficou em família.

Outra vez; foi na Calçada de S. Francisco. Esperavam-nos alguns rapazes e ele encontrava-se mantendo relações com uma criatura qualquer. Porém, para que esta sasse, foi preciso que os que esperavam fossem metidos e fechados no escritório do lado, sabendo-se depois que essa mesma criatura era esposa de um dos que foi fechado. Mas há mais, muitíssimo mais até.

Conheço um casal, de quem ele se diz amigo e a quem uma vez ofereceu uns bil-

hetes do *Secu lo* para o teatro São Carlos indo também assistir a parte do espectáculo, só para se fazer—palavras dele—com a mulher. A sua paixão, porém, é por garotas e só este assunto dava um livro.

Resumindo, pois: Em 1924, comecei de falar com uma pequena de 17 anos, que me não largava. Por tal motivo teve que ser apresentada ao R. de Carvalho, que a achou muito interessante e com uns olhos muito bonitos.

Pois uma vez teve este deslante: Celso! v. quere a garota só para si?

Olhei-o, sorri-me e disse-lhe secamente que isso não era comigo.

Pedi-me então, como de resto já me tinha pedido mais vezes, que lhe arranjasse garotas, pois ele pagaria o automóvel e iriamos dar passeios fora de Lisboa.

E' bom notar que ele tem uma casa e quinta, a da Bela Vista, no Cacém, que tem sido um completo serralho. Chegou mesmo a propor-me para se montar um atelier de modista, a fim de mais facilmente arranjar-mos garotas, pois se iam despendendo à medida que nos fossem enojando, admitindo-se outras, para as substituir. Ria-me com isso, blagueava, mas recusei sempre compartilhar de tal empresa.

Esta minha attitude não lhe agradava muito e então o "Maputo" resolveu utilizar-se de todos os processos para escangalhar a minha vida e o meu lar.

A tarefa, porém, era um tanto difícil e por isso foi revestida da máxima prudência e todas as cantelas para que só desse o efeito na altura que eu estivesse seguro, ainda que para tal, fosse preciso mandar-me liquidar.

Começou em Julho de 1924 e aproveitou para isso o facto de eu me ter desempregado.

Então apresentou-me a Raúl Monteiro Guimarães, ao tempo administrador da Companhia Nacional de Moagem, dizendo-lhe que eu era uma criatura do jornal *A Batalha* e tinha no meio operário grande influencia, etc. etc., pelo que era do máximo interesse encaixar-me lá na Moagem. Falei com este cavalheiro por três vezes no Avenida Palace e prometen-me efectivamente colocação.

Extranei é claro que, sendo Ribeiro de Carvalho íntimo da Moagem, lhe fosse preciso valer-se do nome de *A Batalha* para me apresentar, mas disse-me que só assim se conseguiria colocação. Depois, como mudassem os administradores da Companhia, fui apresentado nas mesmas condições, mas por carta ao dr. Virgílio Bugalho Pinto, que passou a ser um dos administradores, o qual me prometeu o mesmo que o primeiro, mas quando a ocasião se proporcionasse.

Então em Outubro propoz-me um rendimento emprego em Africa, e como eu lhe fizesse sentir que tinha minha esposa doente, disse-me: V. faz fortuna em 3 ou 4 anos. Deixa a sua esposa, tanto mais que tem a garota, e eu sei que ela quere ir com v. Quere?

Inconscientemente disse que sim e fui então presente ao sr. Camilo Rodrigues, a quem entreguei um atestado do meu comprometimento, mas com a balbúrdia da nomeação e partida do alto commissário de Angola, foi-se protelando a minha ida até que fui preso.

Durante este longo tempo pedi-lhe repetidas vezes outro emprego e até de uma delas lhe disse: "V. não me arranja nada, mas eu tenho quem me arranje e por isso como preciso de dinheiro, visto ter já alguns objectos empenhados, vou aproveitá-los."

Que não; que ninguém me arranjará nada em condições, que ele me arranjava uma coisa boa, e que se precisava de dinheiro já o devia ter dito, pois ele me daria; que eu estava prestes a seguir, etc. etc.

Como nunca fui explorador também nunca lhe aceitei dinheiro e preferi passar um lugar de venda de fruta que possuía na Praça da Figueira, por dez mil escudos, e só uma vez é que lhe pedi emprestados cem escudos.

Eu queria, leitor, poupar a este tarluto a sua vida íntima, mas não me tendo ele respeitado a minha tendo até desfeito o meu lar e atirado comigo para uma prisão, terei o direito de o fazer?

Dizem-me aqui do lado que não, e então lêde só este pequeno periodo que é bastante elucidativo:

Ribeiro de Carvalho tem uma filha, cuja mãe, uma senhora de idade, faz há anos de "governante" da casa, porque o biltre arranhou uma amante que levou há longos anos para casa e com a qual casou há pouco.

La vivem todos em comum, como se isto fosse o caso mais natural.

Que dôr não deve ser a daquela senhora que só para garantir o futuro da filha a tal se sujeita? Passamos pois adiante.

O fim dele, que já disse, era segurar-me e assim deu-me primeiro a Moagem, que possuía uma policia sua, como sendo da *Batalha* e perigoso, para que a mesma informasse a P. I. C. e eu pudesse ser liquidado na primeira altura.

Depois, como isso pudesse demorar, queria mandar-me para Africa.

Apareceu porém nesta altura a já tão célebre "Legião Vermelha", pôgo sendo fundido onde fatalmente se pereceria afogado e eis o biltre a empurrar-me para lá.

Como?... Não o sei bem, mas o que sei é que fui avisado por várias criaturas, de que em plena rua do Ouro, dois agentes me proferizavam a mesma sorte que teve o infeliz Domingos Pereira.

Não acreditei a principio, mas pouco depois as informações tornavam-se mais amplas e de fonte mais segura e então resolvi retirar-me provisoriamente de Lisboa, até que me averiguassem de que se tratava.

Porém, ao regressar fui preso pelos agentes Paulitos, Otelo Pereira, Lains e Campino.

Otelo Pereira e o seu colega Lains pareciam vomitar metralha e então eu vi este caso interessante:

Sendo Paulitos o agente que dirigia as investigações a meu respeito e sendo tido como um agente dos mais hábeis, abandonou ao fim de 4 dias as investigações e estas ficaram entregues ao Otelo. Porquê? E' fácil responder.

Paulitos verificou nada haver que me pudesse comprometer e então repugnando-lhe dirigir uma autentica canibalice desligou-se. Ficou então Otelo Pereira, que logo de entrada me havia dito que usava duas pistolas e precisava de as experimentar.

Este bandalho é o mesmo que, quando amanheceu da Câmara do Barreiro, se prontificou mediante uma esportula qualquer a chicotear um preso, o que efectivamente fez, dando-lhe nada menos que 51 chibatadas de cavalo marinho, pelo que o povo se revoltou e ele teve de fugir covardemente para não ser linchado e pelo que fui demittido.

Se até declaro nessa altura que precisava de arranjar dinheiro fosse de que forma fosse, pois se ia casar.

Que admira, pois, agora, que ele se vendesse a Ribeiro de Carvalho ou a Moagem para me liquidar, que já matou ou contribuiu para a morte de Domingos

TIVOLI
Telefone 11.5474
—As 21 horas—
O Abade Constantino
Adaptação cinematográfica da célebre comédia de Ludovic Halevy
Uma herança de cem milhões
Comédia em 4 partes, com Marcel Nevesque
Dois documentos
Desenhos animados

Pereira? Se foi ele quem infligiu os maus tratos aos muitos presos a quem levava para sitios próprios, como a estrada do Lumiar, e ali, mandando-os descer da *camionete* mais do que fantasma, ameaçava-os de morte.

Foi Otelo Pereira quem deixou os pais de Manuel Simões Miranda e José Abrantes Castanheira, na esquadra de Santa Marta, às portas da morte, pois que foram tantas as chibatadas de cavalo marinho que até lhes cortou as roupas que vestiam.

O seu estado era tal que foi preciso andar um enfermeiro a tirar-lhes o puz do corpo, com uma seringa, tendo para se alimentarem que se pôr um de joelhos, para que o outro lhe levasse a comida à boca pois que não podiam erguer os braços.

Foi ele quem me disse chucamente que um preso nenhum do lhe merecia porque ele era um agente novo que só tinha três anos da P. S. E. e dois da investigação e porisso precisava de se evidenciar, de criar nome, fosse como fosse. Foi ele quem me disse, talvez num momento de remorso, o seguinte: Celso! V. confia em Ribeiro de Carvalho? Pois olhe que ninguém lhe foi leal e V. é um mártir.

O biltre reconhecia isto, mas continuou a seguir integralmente as instruções de Ribeiro de Carvalho.

Ele é o bandalho que me roubou duzentos e dez escudos e cinco centavos em dinheiro e diversos objectos, o que de resto já tinha feito a outros desgraçados que tinham ido para a Guiné à família dum dos quais o próprio chefe Xavier teve que pagar do seu bolso para lhe encobrir essa canibalice.

Ele é o pulhastra que diante de Jaurés Americo Viegas, José Augusto Amaro Júnior, José Marques Teixeira, Sebastião Graça, Francisco da Silva Gomes e José Maria da Cruz me disse o seguinte:

"Eu sei bem que V. nada tem com a "Legião Vermelha", mas está aqui porque eu quero e há de ir para a Guiné de onde só tarde, muito tarde até, se voltar se verá qual dos dois é abalido primeiro. Textual.

O bandalho está pago para me liquidar. Quem lhe encomendou o frete?

Ribeiro de Carvalho directamente ou por intermédio da Moagem?

Ah! Pouco importa saber. Podem os canchalis ficar descansados porque não é a ameaça deles que me tira o sono.

Tenho já em mãos de confiança todos os dados para no caso disso se realizar serem pedidas as devidas contas aos seus autores que aponto desde já. São eles:

O mandatário e pagador Joaquim Ribeiro de Carvalho, deputado por Leiria. Os presumíveis executores ou encarregados disso: Otelo Pereira e Lains, agentes da Policia de Investigação Criminal de Lisboa."

Há a notar que estes senhores costumam trazer duas e três pistolas.

Matam e depois apresentam a outra a exame para que fique demonstrado que... não foram eles.

Para que se não suponha que temo os tribunais, daqui repto o Otelo Pereira a que apresente em tribunal uma só pessoa que seja que, não pertencendo à *grei* policial, me aponte o mais pequeno defeito, a mais pequena falta de carácter.

Vou também dar Ribeiro de Carvalho como minha testemunha de defesa para que em pleno tribunal diga de sua justiça.

E' assim que respondo, por agora, aos que mancharam a minha dignidade.

Celso Pinto Marques dos Santos, preso no sector C, do Forte de Monsanto, acusado de "legionário vermelho".

Aos nossos correspondentes

A expansão dum jornal está sempre na razão directa da dedicação e do esforço despendido por todos os seus servidores.

Jornal operário, por e para trabalhadores feito, *A Batalha* carece de muitas e grandes dedicacões que de toda a parte a informem do sentir dos oprimidos, cujos protestos, queixumes e aspirações ela tem a missão de interpretar, ao mesmo tempo que os oriente na maneira de conseguirem emancipar-se.

E porque o correspondente é sempre o elo que liga ao jornal a atenção das populações distantes, pedimos aos nossos correspondentes maior assiduidade no envio de informações, no que prestarão um bom serviço à causa e evitarão que, muito a nosso pesar, os eliminemos do caderno-registo dos nossos informadores.

A todos aqueles que se nos têm oferecido para correspondentes nas localidades onde ainda os não temos, solicitamos que nos enviem urgentemente duas fotografias, uma para o cartão de identidade que lhes será distribuido, e a outra para o nosso registro.

"Vianinha", o carrasco da população

Mais de uma vez *A Batalha* se tem referido às proezas de um esbirro da esquadra da travessa das Mercês, conhecido pelo "sobriquete" de "Vianinha". Os nossos protestos não têm merecido a atenção devida, e o miserável prossegue na sua obra de ódio e de vingança.

Há dias o selvagem tornou a cometer das suas. Desta vez não foi vítima um operário. Foi um empregado do *Correio da Manhã*, segundo narra aquele matutino, no *suelto* que a seguir transcrevemos:

"Várias vezes os jornais se têm referido a cenas de violência e abuso de autoridade, praticados por alguns guardas da esquadra da Travessa das Mercês, visando muitas delas alguns empregados do nosso jornal.

Entre os guardas que mais se têm salientado nestes actos de "abravura" tem um lugar de destaque o célebre "Vianinha".

Este, esta madrugada, cerca das 2 horas, acompanhado do guarda n.º 597, quando um dos nossos empregados pretendia entrar no edificio onde está instalado o *Correio da Manhã*, em serviço do lugar que aqui desempenha, foi abordado pelo tal "Vianinha", que, de cavalo marinho em punho, atravessando-se no seu caminho, obrigou-o a mostrar-lhe uns papeis que trazia na mão, pretendendo obstar a que ele entrasse, o que não levou a efeito pela intervenção rápida de um outro empregado.

Foram no entanto ambos "corridos" e ameaçados por este "exemplar" agente da autoridade, que os preveniu de que "não tinham nada que fazer na rua".

Ao sr. comandante da policia recomendamos este seu agente, que entendeu por bem suspender as garantias para os empregados do nosso jornal.

Se há mais tempo "Vianinha" tivesse saciado os seus ódios em alguns cavalheiros certamente que não seria só *A Batalha* a apontar o mostro que não um exemplar perigoso e digno de estar enjaulado.

Mutilados e inválidos da Grande Guerra

Uma comissão convida os mutilados e inválidos da Grande Guerra a comparecerem hoje, pelas 11 horas, no Terreiro do Paço, a fim de tratarem de assuntos do máximo interesse.

Uma violência

Cristóvam da Silva Pinheiro é um preso social que se encontra na cadeia civil de Mafra. Há dez dias que sua família não recebe noticias dele, não sabendo se o seu parente é vivo ou não. Na última carta dirigida pelo Pinheiro a sua família lia-se no verso, sob o nome do remetente a seguinte frase, escrita a lápis: bombista.

Este pormenor levou a desolada família a acreditar que contra o seu parente se trama qualquer coisa de mau, que não lhe permite comunicar com o exterior.

Aos nossos assinantes

Prevenimos os nossos estimáveis assinantes que estamos procedendo à cobrança dos seus recibos referente ao mês de Julho, visto o seu pagamento dever ser feito adiantadamente.

Agradece o bom acolhimento A ADMINISTRAÇÃO.

TEATROS, MÚSICA E CINEMAS

Recêlames

E' ainda, na actual quinzena, a reabertura do Gimmásio, com a peça musicada "Três meninas... nuas", cujos ensaios o illustre actor Carlos Santos tem, já, quasi completamente concluidos. A peça é de grande aparato e no seu desempenho, além de vários artistas categorizados, figura numerosa comparsaria, representando bombeiros, palhaços, marinheiros, camarões, "grils", etc. O guarda roupa do graciosissimo "vaudeville" é completamente novo, e está sendo confeccionado pelo distinto "costumier" Alvaro Costa, sob figurinos de Augusto Pina.

—Voltam hoje, no Trindade, as noites de alegria e concorrência, com o regresso ao elegante teatro, do notavel Companhia Lucília Simões-Erico Braga. Efectua-se a sua reaparição com a "premiere" da peça "O patriota", original de Armont e Nancey, tradução primorosa de Lino Ferreira.

"O patriota" é uma comédia deliciosa, com 3 actos exuberantes de "verve" e logo no início do entredo deixa a verberar a grandiosidade das suas cenas, que, recrudescem de interesse e imprevisto vão até ao desenlace. "O patriota" tem desempenho de toda a companhia, estando os principais papeis confiados a Erico Braga, Amelia Pereira, Joaquim Almada, Samuel Diniz, Sticini, Irene Isidro, Mário Santos e Seixas Pereira. A encenação da graciosissima peça é da professora Lucinda Simões. A comédia exhibe-se com cenários novos de Luz & Almeida.

Comité pró-presos por questões sociais

Este comité recebeu do Sindicato dos Corticeiros do Seixal 300\$00 para os presos sociais que por ele são subsidiados.

Trindade
Telef. T. 976
HOJE
A's 9 1/2 da noite
Reaparição da Companhia Lucília Simões-Erico Braga
com a primeira representação da comédia em 3 actos
O PATRIOTA
Tradução de Lino Ferreira
Encenação da professora Lucinda Simões
Cenários novos de Luz & Almeida

525 25:25:25:25:250



CONGRESSO DO PARTIDO SOCIALISTA

DISCUTE-SE POLITICA PARTIDARIA

A última sessão decorreu um pouco agitada. Frequentemente, o presidente, sr. Oliveira Pinto, agita o lapis verde a censurar os agitados apates.

Na ordem da noite, discute-se a "Orientação actual e programa de realizações imediatas do Partido Socialista".

O sr. Augusto Machado refere, em nome da comissão que foi a Belem tratar da situação dos deportados, que o general Gomes da Costa promettera ordenar imediatamente o regresso dos deportados, a fim de serem julgados.

O sr. Ramada Curto defende uma ampliação do que chama as regalias dos operários, entendendo, ao mesmo tempo, que o partido não deve cantar o fado politico ou conspiratório chorando a situação actual.

O sr. João Graça afirma o desejo de o partido não participar dos actuais corpos administrativos.

O sr. Ramada Curto entende mais que o partido não deve intervir na actual situação e que a Junta Directiva deve ser a única entidade a marcar a orientação partidária.

O sr. Amâncio de Alpoim defende igual critério e, como se alongasse, o sr. António Pereira protesta, exigindo que se cumpra o regulamento, que limita a oratória.

Trocem-se apates, torna-se a erguer o lapis azul do presidente, dando o sr. Alpoim as suas considerações por concluidas.

O sr. António Pereira, à falta de uma cartilha, pergunta se deve abandonar a Junta Geral do Distrito antes de ser dissolvida.

O sr. Sousa Neves não quere misturas com esquerdistas e radicais. Diz ser cedo para se contar com o eleitorado, a não ser que se faça acordos eleitorais com os partidos conservadores.

Sucedem-se os documentos para a mesa, manifestando diferentes criterios.

O sr. Martins Santarem não sabe se vive-mos em ditadura.

O sr. Stelio Gil diz algumas frases sobre a inteligência que declara possuir, e também fala do papel dos socialistas.

Falam ainda Alfredo Franco, João Borges (é um da Cevilha), e Tavares.

O discurso do sr. Mariano Pereira: fala, fala e irrita-se com um apoiado. Pergunta, então, se está num congresso de intelectuais. Grita que ali não se fará ditadura.

Estabelece-se borborinho discutindo-se acaloradamente. O presidente interrompe a sessão:

Em meio do tumulto, ouve-se um congressista:

— Parece que estamos numa casa de dois por fim, tudo se apazigua.

O sr. Ramada Curto aconselha calma. A sessão prossegue em discursos, apates e explicações. Reentra-se na discussão do assunto, falando vários companheiros e sendo finalmente aprovada uma moção definindo a attitude do partido em face da actual situação.

A GREVE INGLESA

Enquanto os lords disrecreiam...

LONDRES, 5.—A Câmara dos Lords iniciou esta manhã o debate, em segunda leitura da proposta governamental sobre o trabalho nas minas.

Lord Haldane apresentou uma proposta de rejeição, em nome do partido trabalhista. (L.).



ARQUIVO CRIMINAL

Para que todos gravem na sua eterna recordação o ministro da justiça transcreve-se a lei da imprensa

Gostariamos de publicar, na íntegra, a lei de imprensa que cobre dum odioso eterno o actual ministro da justiça, sr. Manuel Rodrigues Júnior. Mas, o mostrango é demasiado extenso — e o nosso jornal tem quatro páginas, apenas. Limitamo-nos, por isso, a publicar as suas principais prescrições — a fim dos nossos leitores poderem aquilatar da razão que assiste ao protesto que desde hoje se acentua nas nossas colunas contra uma lei contra a liberdade da imprensa que aponta a cadeia a quem não se presta a ser laço dos governos e escravos dos exploradores.

Artigo 1.º A todos é lícito manifestar livremente o seu pensamento por meio da imprensa, independentemente de censura ou de habilitação prévia.

Art. 9.º Nenhuma autoridade poderá, sob qualquer pretexto ou razão, apreender ou por outra forma embargar a livre circulação de qualquer publicação, sob pena de demissão e multa de esc. 1.000\$00 a 10.000\$00 ficando ainda sujeita a indemnização de perdas, salvo nos seguintes casos:

1.º Estando suspensas as garantias ou o periódico suspenso nos termos dos artigos 4.º, 5.º, 17.º, 18.º, 19.º, 20.º, 21.º, 22.º, 23.º, 24.º, 25.º, 26.º, 27.º, 28.º, 29.º, 30.º, 31.º, 32.º, 33.º, 34.º, 35.º, 36.º, 37.º, 38.º, 39.º, 40.º, 41.º, 42.º, 43.º, 44.º, 45.º, 46.º, 47.º, 48.º, 49.º, 50.º, 51.º, 52.º, 53.º, 54.º, 55.º, 56.º, 57.º, 58.º, 59.º, 60.º, 61.º, 62.º, 63.º, 64.º, 65.º, 66.º, 67.º, 68.º, 69.º, 70.º, 71.º, 72.º, 73.º, 74.º, 75.º, 76.º, 77.º, 78.º, 79.º, 80.º, 81.º, 82.º, 83.º, 84.º, 85.º, 86.º, 87.º, 88.º, 89.º, 90.º, 91.º, 92.º, 93.º, 94.º, 95.º, 96.º, 97.º, 98.º, 99.º, 100.º.

2.º Quando se verifique algumas das hipóteses previstas no artigo seguinte:

Art. 10.º É proibido, sob pena de prisão correccional e multa correspondente, fixar ou expor nas paredes, ou em qualquer outro lugar público, pôr à venda ou vender, ou por outra forma espalhar pelo público, cartazes, anúncios, avisos em geral, quaisquer impressos, manuscritos, desenhos, ou publicações que contêm ultrage às instituições republicanas ou injúria, difamação ou ameaça contra o Presidente da República, no exercício das suas funções, ou fora dele, ou que aconselhem, instiguem ou provoquem os cidadãos portugueses a faltar ao cumprimento dos seus deveres militares, ou ao cometimento de actos atentatórios da integridade e independência da Pátria, ou contêm boatos ou informações capazes de alarmar o espírito público ou de causar prejuízo ao Estado, ou que contêm afirmação ofensiva da dignidade ou do decore nacional ou ainda alegações das ofensas previstas nos artigos 159.º, 160.º, 161.º, 162.º, 163.º, 164.º, 165.º, 166.º, 167.º, 168.º, 169.º, 170.º, 171.º, 172.º, 173.º, 174.º, 175.º, 176.º, 177.º, 178.º, 179.º, 180.º, 181.º, 182.º, 183.º, 184.º, 185.º, 186.º, 187.º, 188.º, 189.º, 190.º, 191.º, 192.º, 193.º, 194.º, 195.º, 196.º, 197.º, 198.º, 199.º, 200.º.

Art. 11.º Consideram-se abusos da liberdade de imprensa unicamente os crimes previstos nos artigos 137.º, 159.º, 160.º, 181.º, 182.º, 407.º, 410.º, 411.º, 412.º, 420.º e 483.º do Código Penal nos artigos 3.º e 4.º do decreto de 28 de Dezembro de 1910, nas leis 9 e 12 de Julho de 1912 e no decreto n.º 2270 de 12 de Março de 1916, quando cometidos pela imprensa.

Art. 15.º Aos crimes de que trata este decreto são aplicáveis as penas respectivas estabelecidas no Código Penal e demais legislação em vigor, com excepção da relativa ao crime de calúnia de que tratam os artigos seguintes: mas a pena de prisão será substituída pela de multa se o agente do crime não tiver sofrido anteriormente condenação alguma por crime de imprensa, não podendo aquela multa ser inferior a 1.000\$00.

Art. 17.º Se no caso de difamação o acusado provar, como lhe é sempre exigido, a verdade dos factos imputados, será isento de pena. Se o acusado não quiser provar ou de facto não provar as imputações, seja qual for a razão ou pretexto, será punido como caluniador, com prisão correccional até 2 anos, mas nunca inferior a três meses, não remível, e multa correspondente, além da indemnização de perdas e danos, que o juiz fixará logo em 4.000\$00 sem dependências de qualquer prova ou na quantia que o juiz determinar, nunca inferior a 4.000\$00, se o caluniado tiver reclamado maior quantia.

Art. 18.º O director do periódico será punido como cúmplice, quando não seja ou não devesse ser considerado como autor do escrito e ao periódico será imposta a pena de multa nunca inferior a 1.000\$00 pela qual responderá o proprietário ou empresa proprietária e o dono do estabelecimento onde se fizer a impressão.

Art. 2.º Na primeira reincidência será o autor condenado em prisão correccional nunca inferior a um ano, o director na pena que lhe corresponder como cúmplice, se não for considerado o autor e o proprietário do periódico em multa nunca inferior a esc. 5.000\$00 e na segunda reincidência será o autor condenado na pena de prisão correccional não inferior a 18 meses e o proprietário do periódico em multa não inferior a 10.000\$00 e está suspenso por seis meses e o seu director, além da pena que lhe competir como autor ou cúmplice, será declarado incapaz de dirigir esse ou outro periódico por espaço de cinco anos.

Art. 3.º Para o efeito da determinação das reincidências serão enviadas para o registro criminal notas relativas ao autor do escrito ao director do periódico e à empresa proprietária d'este.

Art. 4.º Se a acusação for pública, ao respectivo delegado competirá reclamar a indemnização.

Art. 5.º Quando o caluniado recusar, pura e simplesmente a indemnização fixada, este terá o destino referido no artigo 21.º.

Art. 6.º No caso do § 2.º do artigo 16.º, o acusado que não explicar os fundamentos da injúria será condenado em metade da pena estabelecida para o caluniador.

Art. 7.º Somente será injusta a pena de repressão ao acusado que, no caso do § 2.º do artigo 16.º, explicar os fundamentos da injúria.

Art. 19.º — Pelos abusos de liberdade de

imprensa são criminal e sucessivamente responsáveis:

1.º O autor do escrito, se for susceptível de responsabilidade e residir em Portugal, salvo nos casos de reprodução não consentidas nos quais responderá quem as tiver feito.

2.º O editor, se não indicar quem é o autor, ou se este não foi susceptível de responsabilidade.

3.º Na imprensa periódica será também punido como cúmplice o director do periódico, o qual pode exonerar-se dessa responsabilidade declarando no autos e no periódico que não conhece o escrito ou não lhe daria antes de publicado e que não lhe daria publicidade se o visse conhecido.

4.º Para os efeitos de responsabilidade criminal o director do periódico é presumidamente o autor de todos os escritos não assinados e responderá como o autor do crime se não se exonerar do seu responsabilidade, nos termos do § anterior.

Art. 27.º Os crimes de liberdade de imprensa serão julgados com intervenção do júri, salvo os seguintes, que serão julgados por um tribunal colectivo:

1.º Os crimes de injúria, difamação ou ameaça contra o presidente da República ou contra os membros do governo, no exercício das suas funções ou fora delas;

2.º Os crimes de ofensa contra os soberanos ou chefes de Estado de nações estrangeiras ou contra a pessoa de qualquer diplomata estrangeiro acreditado em Portugal;

3.º Os previstos na lei de 12 de Julho de 1912;

4.º Os crimes de difamação, calúnia e injúria;

5.º Os previstos no artigo 42.º do Código Penal;

Art. 31.º O periódico é obrigado a inserir, dentro de 2 dias a contar do recebimento, a resposta de qualquer indivíduo ou pessoa moral, que tiver sido atingida em publicação do mesmo periódico por ofensas directas ou referências de facto inverídico ou erróneo que possam afectar a sua reputação e boa fama, ou o desmentido ou rectificação oficial de qualquer notícia nele publicada ou reproduzida.

1.º O direito de resposta pode ser exercido pela própria pessoa atingida pela ofensa, pelo seu representante legal ou por seus herdeiros.

2.º A inserção da resposta será feita gratuitamente, de uma só vez, no mesmo lugar do periódico onde tiver sido impressa a respectiva arguição ou notificação e com os mesmos caracteres da publicação que a tiver provocado e não deverá exceder a extensão desta. Se a exceder, a parte excedente será paga pelos preços ordinários.

3.º A inserção só pode ser recusada:

1.º Quando não tiver relação alguma com os factos referidos na aludida publicação.

2.º Quando contiver expressões que importem crime de abuso de liberdade de imprensa.

Academia de Amadores de Música

No dia 10 do corrente realiza-se no salão desta Academia um concerto extraordinário promovido por uma comissão de alunos, no qual tomam parte os professores sr.ª D. Maria da Luz Antunes, D. Maria Beatriz Soares, D. Cecília Borja, D. Berta Borges, D. Mariana do Souto Pimentel, D. Maria Inês Lopes de Andrade, D. Irene Diniz e D. Sofia de Brito Freire. Saldanha e sr.ª Manuel dos Santos, António de Castro Rodrigues e Tomás Constant, que dessemprarão um magnífico programa de harpa, violino, violoncello, piano, bandura e canto, terminando por um número de instrumentos de arco executado por alunos da Academia, sob a regência do seu professor sr. Ivo da Cunha e Silva.

Socorro Vermelho

3 Conferências Regionais

O comité central do Socorro Vermelho vem de convocar 3 conferências regionais que se realizam em Lisboa, Porto e Gaia, respectivamente, nos dias 11 e 12, 25 e 26 de julho e 15 e 16 de agosto.

A Conferência Regional do Centro, que se efectua no próximo domingo, abrange os distritos de Coimbra, Castelo Branco, Leiria, Santarém, Portalegre, Évora e Lisboa e funciona com a seguinte ordem do dia:

Relatório do Comité Central, Patrocinagem, Socorro às Crianças, Questões de Organização, Imprensa e Publicidade, Recrutamento entre os Camponeses, Recrutamento entre os Marítimos, Eleição da Comissão de Organização.

Constituem esta Conferência 86 organismos.

— Reúne amanhã, pelas 21 horas, o secretário geral.

Grande excursão fluvial

A comissão escolar do Sindicato Unico da Construção Civil de Lisboa realiza no dia 15 de agosto um passeio fluvial pela margem norte do Tejo até São Julião da Barra, havendo um desembarque na Trafalgar, onde se realizará um "pic-nic" no pinhal, depois do que se proseguirá o passeio até ao Seixal regressando daqui a Lisboa. O transporte será feito nos melhores barcos a gasolina da Cooperativa dos Catariños, realizando-se o embarque no Terreiro do Paço, pelas 8 horas, devendo regressar-se às 20 no mesmo local.

Acompanha a excursão um excelente grupo musical, estando a comissão organizadora elaborando um interessante programa de diversões populares que muito há-de agradar aos excursionistas.

Os bilhetes estão à venda na administração de A Batalha, na residência do cofundador do Sindicato da Construção Civil e na Comissão Escolar. O seu preço é apenas de 10\$00, podendo ser pagos em 4 prestações de 2\$50 cada uma. As crianças de 5 a 10 anos pagam meio bilhete.

INOCENCIA CATÓLICA

A estupidez e os baixos instintos dum devoto leitor das "Novidades"

ALCOBAÇA, 4. — No dia 29 do mês passado, realizou-se no mosteiro de Santa Maria—desta vila—as festas ao «Santíssimo». Depois da missa, subiu ao púlpito o padre Henrique Vieira, prior do burgo e leitor devotado das «Novidades». E por sabermos que este magnate não tem a capacidade mental que é exigida a um orador profissional... fomos como bons anti-católicos apreciar as suas boboseiras.

Na assistência predominava o elemento feminino. Homens, poucos, sintoma de que o povo daqui sente repugnância pela seita de Loyola.

Do arrazoado do padre extraímos algumas passagens que demonstram a evidência a sua pobreza de espírito.

Começou o padre por citar nomes de filósofos, sábios, engenheiros, guerreiros e astrónomos que, por invocação das «Novidades» foram protegidos pelo «Santíssimo» pois nele acreditavam, e que Deus construiu combóios, automóveis, aeroplanos e todas as armas destruidoras do seu semelhante...

Este padre, decorada a leitura das «Novidades», reiferiu-se ao guerreiro Joffre—ainda vivo—declarando que foi Deus (por vontade do Santíssimo) que derrotou o inimigo.

Recomendamos ao Papa este imbecil apóstolo do cristianismo, por sabermos que, quando da guerra mundial, foi-lhe solicitada a benção do exército austriaco, obtendo o emissário como resposta que o Papa abençoava todos os exércitos, porque todos eram filhos de Deus!

Depreende-se que o leitor das «Novidades» possui instintos sanguinários, e prega—acolitado pelos reacccionários da cá—o regresso da Santíssima... Inquisição!

E inútil perguntar a esta fera se Deus alguma vez lhe recomendou para—em seu nome...—fazer freies, entre os quais encommendar mortos pelo preço mínimo de 40\$000 escudos; meter o nariz na vida alheia, etc...

A procissão realizou-se dentro do mosteiro a pesar do actual administrador do concelho autorizar a sua saída. Porquê? Esperemos que as «Novidades» respondam.

No cortejo carnavalesco tomaram parte indivíduos submetidos à seita de Fátima.

De entre a fantochada destacámos um garoto de 12 anos, que, cruzando a vela sobre o peito pretendia tocar guitarra, dançando o Fox-trot. — C.

SOLIDARIEDADE

José Vilhena

O apelo que a comissão de auxílio ao camarada José Vilhena lançou ao proletariado revolucionário não foi em vão.

Os camaradas de Lisboa compreendem que Vilhena não deve perecer por falta de recursos.

As qualidades excepcionais de José Vilhena, como revolucionário anarquista e sindicalista, o seu carácter, o seu esforço de muitos anos em prol da organização operária, não devem ser esquecidos pelos militantes e pelos trabalhadores em geral.

O proletariado tem o dever moral de prestar solidariedade a Vilhena. Depois de perseguido pelo patronato, acusado pela burguesia de Castelo Branco, José Vilhena adoeceu, a sua doença obrigou-o a tratar-se em Lisboa com especialistas.

Sem recursos, encontra-se à mercê do acaso.

Um grupo de camaradas, sensibilizados com a sua crítica situação, resolveu apelar para os sentimentos solidários dos operários.

É necessário que a comissão seja dada todo o apoio, contribuindo materialmente. Se isto não suceder, José Vilhena perecerá de inanição!

A solidariedade deve ser materializada por todos quantos sintam os princípios de fraternidade. Impõe-se que, duma maneira cabal, seja prestada assistência a José Vilhena.

No dia 18 do corrente deve realizar-se, no Salão de Festas da Construção Civil, uma grandiosa festa em benefício de Vilhena, vítima da sociedade. Os bilhetes encontram-se à venda na administração de A Batalha.

É um dever auxiliar este camarada, comprando bilhetes ou enviando donativos para a morada acima.

Solidariedade! A Comissão

Torneiro de madeira

Meio oficial, precisa-se. Escadinhas das Olarias n.º 5, pátio.

O encalhe do vapor "Patrão Lopes"

Com respeito ao encalhe do vapor "Patrão Lopes", recebeu-se ontem nas estações de marinha, o seguinte rádio: «Na maré da noite de ontem, a de menos altura, com o espiamento, ferros e muito boa ajuda com o reboque da canhoneira «Beira», virei de pópa, em sentido da direcção da saída 52, faltando 80», sem se servir da máquina do navio a fim de não se meter ferros nos condutores. O mergulhador vai hoje com ar comprimido deslocar as areias do local da prisão, numa extensão de seis metros e a areia será aspirada por bombas; despejarão fundos, e com o espiamento do navio e ferros e meios atraz indicados e com a ajuda da máquina colocar o navio na altura conveniente contando poder salvar o navio no mais curto prazo de tempo. O comandante acrescenta que nessas condições não requisitou o rebocador «Switzer» de Gibraltar, e que o navio continua completamente estancado e sem a mais pequena avaria.

Chegarão ontem ao local do encalhe a canhoneira «Quanza» e o rebocador «Lidador». De Gibraltar informam que seguiu para ali o vapor «Rescue».

ASSINEM Os mistérios do Povo

AS BURLAS DA IGREJA

Continua a exploração, por parte da imprensa conservadora, da "aparição" da Senhora da Boa Fé

O caso da nova Fátima, como nos meios conservadores e reacccionários já se denomina o *aparecimento* de Estremoz, está dando margem a que a acção católica e jesuítica se esteja desenvolvendo entre o humilde povo alentejano, com uma facilidade que pasma e uma rapidez que apavora.

Agora já não é só a pequena Gertrudes do Amelxial, que vê a santa e com ela conversa, pois para em tudo se semelhante ao milagre de Fátima até um seu primo dum ano de idade também a vê e a indica; mas este, ainda que isso bastante custe à igreja e revolte os ensaiadores da peça, em vez de santa vê apenas uma mulher, daí o contentamento do hábil correspondente de o *Notícias* ao onívoli exclamar: Mulher, mulher!

A santa, no dizer da pobre órfã de São Romão, aparece-lhe envolta numa densa névoa de fumo e é a mais linda de todas as mulheres. Segrega-lhe coisas ao ouvido que ela já mais repetirá a quem quer que seja. Prediz-lhe fenómenos que com uma precisão matemática se efectuam depois de anunciados. Diz-lhe por exemplo que a sua aparição, como a aparição de qualquer formosa camponesa dos arredores de Estremoz só se fará aos sábados por ser esse o dia consagrado pela igreja a nossa senhora e pela câmara ao mercado semanal.

Que o fumo em que ela se envolve é assim como que uma espécie de poeira lançada aos olhos dos incautos que teimem em a ver, ou melhor, como na obra de Eça de Queiroz, «em que o manto diáfano da fantasia envolve a nudez forte da verdade».

Diz-lhe ainda que o seu aparecimento entre os homens velhacos e maus e numa ocasião em que esta velha e caridatista sociedade lançando mãos das ditaduras, chama a si, como o moribundo que conhece o seu estado, todas as forças que a podem agüentar, visa apenas a mostrar a fraqueza dessa igreja que, cambaleante como um ébrio e gangrenosa como um sífilite, à custa de mil artifícios teima em manter-se de pé.

Sim. Porque nem outra coisa essa santa, que preferiu o comodismo dum campo arado e fértil ao campo remediado das batalhas, lhes poderia dizer. Pois se pudesse, piamente o acreditado, religiosamente lhe diria que o seu aparecimento sobre um campo de guerra e no mais rijo da luta se não fez, por pirraça à igreja, de contrário a igreja aproveitando essa simples obra de misericórdia que era a terminação da maior hecatombe que ensanguentou o mundo e manchou as páginas da história, diria que era obra sua, das suas rasas e das suas preces.

Como lhe diria ainda que, se em vez de descer nos cáldios campos do Alentejo, onde o proprietário ainda se julga o senhor feudal e o proletário o escravo da idade média, não desceu nos lendários e ensopados campos da terra de ninguém em que o homem chaceal do homem loucamente se exterminava, é porque detesta o milíarismo, símbolo da força, e aborrece a tropa, sinal de opressão, se não, tê-lo hia feito, e então o seu castigo seria tremendo e o seu milagre memorável, pois então pagaria o criminoso, aquele que agulha e fica à rectaguarda; mas não, que preferiu antes aparecer ali, não só porque era mais cómodo e mais rendoso, se não ainda porque a Gertrudes sempre era uma mulher e a mulher é fraca e boa, mais sugestível e mais fanática. Ela, e a mais sugestível e mais fanática. Ela, e a mais sugestível e mais fanática. Ela, e a mais sugestível e mais fanática.

Companheira dum homem inculto, ajeitada aos pés do padre, muitas vezes com um passado repugnante, mas mais facilidade se deixa iludir e convencer, daí a sua preferência e daí o seu mistério.

Mas devemos convir, o Amelxial hoje, já não pode ser apenas aquele Amelxial de que nos fala a história quando da famosa batalha com os castelhanos. O Amelxial hoje, já é mais alguma coisa, é uma espécie de campo de concentração onde toda a frança se agrupa, a ignorância se junta e o fanatismo se liga. Dele, oulra quasi desconhecido, começa a falar-se por todo o país, pois para lá caminha um povo, para lá vai uma multidão.

Já não é só a santa que aparece, é também a lua que se move, o sol que dança e o interesse da terra que gira. Não foi uma, nem duas pessoas que o viram, diz o correspondente do *Notícias*, foram umas trezentas, umas quatrocentas ou todos que lá foram.

Há na verdade um médico que vê na vidente uma doente que quem sabe durará pouco tempo, mas no entanto esse médico, que a cima do perigo da reacção vê a conveniência da terra, não nos diz nem certamente o sabe se essa duração é a das videntes de Fátima, será até que a igreja convenha. Mas seja como for o facto existe, constata-o o padre para tal fim entrevistado, o médico, embora com uma orientação diferente e até o próprio espírito e para ele chamamos a atenção dos elementos liberais, uma vez que, se dois fins o podem justificar, ou para a semelhança de Fátima enriquecer a igreja, engordar a reacção e emburcecer o povo ou então para, à maneira de São Basílio e ante a exploração que é vítima, o povo alentejano gritar de aos escravos: «O rico é um ladrão pois se não roubou é roubado o seu antepassado, e como Santo Ambrósio: «O rico é um animal insaciável com a gula dos outros», ou ainda como São Tomás: «É mais fácil passar um camelo pelo fundo dum duma agulha que entrar um rico no reino dos céus», ou então como o Raby da Galileia: «Eu não tenho aqui cidade permanente pois vou em busca da cidade futura, e aquele que não me segue não é digno de mim nem pode ser meu discípulo».

Sendo assim, salvé, senhora da Boa Fé, pois em vosso nome não se governarão os vendilhões do templo nem os avinhados taberneiros, mas revoltar-se-ão os pobres escravizados, aqueles que uma códeia de negro pão com que alimentem seu magro esmagado e uns carnes farrapos com que tapem suas nuas carnes, e então nem governos burgueses, nem partidos políticos, nem ditaduras militares lograrão impor seu ferro e tririco poder à onda devastadora e avulsa significadora. Salvé, pois, com a parca cena de emburcecimento e exploração, pelo que contribui para a destruição da igreja e para o caducar das algemas da escravidão.

Paulo EMILIO

A ÚNICA ATITUDE

Transcrevemos da Epoca de ontem esta passagem do seu artigo sobre liberdade de imprensa:

«O liberalismo, que vê diminuir cada dia o domínio das suas doutrinas sobre os espíritos, tão condizentes à razão e ao interesse social se mostraram proclama a autonomia da consciência humana e a sua independência de qualquer autoridade superior. Dessa afirmação fundamental deduziam-se aplicações práticas da liberdade individual sem limites, individualismo que tem o anarquismo por consequência lógica. Bem avisados andam os que, jactando-se de liberais, se consideram tanto mais avançados quanto mais se aproximam dos erros subversivos que do liberalismo derivam. Avançam, mas para o abismo da morte social, resvalando no pendor do erro que os impele».

A liberdade ilimitada das manifestações do pensamento pela palavra e pela escrita é pois um dogma liberal inatingível enquanto os que a proclamam exaltados, se não vêem a braços com as responsabilidades do poder. O seu liberalismo extremo é logo substituído pelo rigor draconiano do regime a que sujeitam a imprensa. Foi invariavelmente a história de ontem, como será a de sempre.

E' que a palavra e a escrita exercem grande poder de sugestão, pondo em movimento as paixões — e o homem é muito mais um ser apaixonado que racional. A tribuna e a imprensa podem impelir as multidões a actos violentos, podem causar danos irreparáveis e graves perturbações da vida social.

... A liberdade desregada da imprensa, abala as crenças religiosas com ataques sectários, que em geral primam pela ignorância; mina e enfraquece a moral pública, favorecendo a corrupção dos costumes; perturba a vida pública, desencadeando o espírito de desordem e anarquia e excitando as paixões.

Não! A verdade e o erro, o bem e o mal não têm iguais direitos.

Proclamação igualmente livres é cavar a ruína das sociedades. O que é direito para uns é tolerância apenas para outros».

Isto de pedir a liberdade para os clérigos e de a negar aos que atacam os seus abusos só pode ter, de nossa parte, uma única atitude digna: ativar com o número de ontem da Epoca para a sentença. Foi o que fizemos — exceptuando o pedacinho transcrito para explicar o nosso procedimento.

Ocorrências diversas

No Banco do Hospital de S. José, receberam curativo e seguiram para casa: António Rodrigues Cruz, de 23 anos, natural de Lisboa, empregado de escritório e residente na rua do Século, 143, 1.º, o qual quando seguia montando uma bicicleta, no Cacém, foi este chocado por uma carroça, dando em resultado aquele ficar ferido na cabeça; e António Alexandre, de 60 anos, natural de Aldeia dos Dez, carroceiro, morador na rua Vicente Borge, 53, 1.º, que quando transportava, com a carroça de que era condutor, o portão do Castelo de S. Jorge, foi aquele veículo chocado por um automóvel, ficando o carroceiro contuso no tórax e perna direita.

Na enfermaria n.º 2 do Hospital de Arroios, deu entrada Custódio Miranda, de 45 anos, natural de Torres Vedras, jornaleiro, residente nas Barracas de Santa Marta, em Alges, que no Algueirão, próximo a Sintra, foi atropelado por um automóvel, ficando com a perna direita fracturada. O «chauffeur» evadiuse.

No Banco do Hospital de S. José, foi pensado e recolheu depois a casa, José Carlos Petrone, de 53 anos, natural de Lisboa, bombeiro municipal de 1.ª classe, n.º 8, residente na Calçada dos Mestres, 42, o qual foi colhido e derrubado por um automóvel, na Avenida da Liberdade, ficando ferido na cabeça e perna direita.

No posto da Cruz Vermelha, do Terreiro do Paço, recebeu curativo e seguiu depois para casa, Rogério Gradine, de 37 anos, natural de Ovar, tanoeiro, residente na rua Fernando Palha, pátio, que caiu ao apagar-se de um carro eléctrico, ficando com o punho esquerdo fracturado.

No Banco do Hospital de São José, foram pensados e recolheram depois a casa, Alvaro Neves, de 20 anos, barbeiro, travessa do Oleiro, 1, 1.º, que foi agredido no Rossio, ficando ferido na cabeça; António Augusto da Fonseca, de 18 anos, natural da Covilhã, vendedor ambulante, residente na rua do Salvador, 59, que, na estação do Rossio, foi agredido, ficando ferido na cabeça; Francisco Agostinho, de 31 anos, natural de Tomar, serrateiro, largo das Olarias, 56, 4.º, que foi agredido na residência, ficando ferido na cabeça; Tomás Pereira, de 30 anos, natural de Lisboa, carroceiro, rua Gomes Freire, 126, 1.º, que foi agredido na mesma rua, ficando ferido no tórax, e Constantino Nunes, de 31 anos, natural de Lisboa, fogueiro, residente na Quinta dos Apostolos, 10, e que na mesma Quinta foi agredido por uma mulher, ficando ferido no rosto.

Ontem deu entrada na Morgue um indivíduo cuja identidade se ignora, que apareceu a boiar à tona de água no Cais da Areia.

Recolheu à Sala de Observações do Hospital de São José, João Galhetas, de 96 anos, residente na rua das Casas de Trabalho, 31 r/c, que foi atropelado por um automóvel em Belém, fracturando os ossos da bacia.

Na vila dos Pacatos, ao Arieiro, envolveram-se em desordem Abílio Abrantes, de 22 anos, residente na mesma vila, letra P., e José Luís Matos, de 30 anos, sapateiro, também residente na referida vila, 12.

O primeiro ficou ferido com cinco facadas, três no ventre e duas no rosto, recolhendo à Sala de Observações do hospital de São José. O Luís de Matos foi atingido por uma facada na mão esquerda, recebendo curativo no Banco e seguindo sob prisão para o Governo Civil.

Em Odivelas deu-se uma desordem entre Alberto Francisco, sapateiro, com Marcelino Perinhas, pedreiro. O Alberto foi ferido com um tiro no pescoço. Em socorro do Alberto veio o irmão, Nicolau Francisco, pedreiro, de 29 anos, o qual foi agredido com uma machadada na cabeça ficando com o crâneo fracturado.

O Alberto recolheu a casa e o Nicolau foi para a Sala de Observações em estado grave.

Vida Sindical

C. G. T.
Conselho Confederal

Reúne na quarta-feira, pelas 21 horas, o Conselho Confederal.

COMUNICAÇÕES

C. S. T.